



O IDOSO E O MUNDO DO TRABALHO NA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

Camila Cecilia Mascarenhas Gibbs¹
Leiliane Amazonas Da Silva²
Amanda Maciel Batista³

Resumo

O presente estudo propõe-se a fazer uma breve reflexão acerca das implicações que ocorrem com as mudanças no mundo do trabalho na vida da população idosa, no contexto da sociedade pós-capitalista. Trata-se de uma revisão teórica realizada a partir de pesquisa bibliográfica sobre a categoria trabalho, suas nuances e seus efeitos na vida do segmento idoso. Este nos permitiu identificar as dificuldades encontradas pelo segmento idoso para sua inserção e/ou manutenção no mercado de trabalho, tendo em vista que no cenário contemporâneo o indivíduo que envelhece tem sua força de trabalho desvalorizada e descartada como mola propulsora de lucro por parte do capital, fato que ocasiona mudanças profundas no cotidiano dessa população.

Palavras-Chave: Trabalho. Idoso. Condições de vida.

1 INTRODUÇÃO

Colocar em debate as mudanças no mundo do trabalho é trazer também para a pauta das discussões as implicações dessas mudanças na vida dos indivíduos, pois as transformações na estrutura social tendem a colocar os diversos segmentos sociais em extremas situações de vulnerabilidade.

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho vão incidir principalmente nas condições e os modos de vida do segmento jovem e da população idosa no contexto atual, pois na medida em que o mercado de trabalho torna-se mais competitivo, este requer uma leva de trabalhadores com capacidade suficiente de geração e obtenção de lucro.

A geração e obtenção de lucro constitui-se como o ponto central de interesse do capital, por isso o mercado de trabalho exige cada vez mais do trabalhador, o qual enquanto gerador de riqueza material precisa ser qualificado, dinâmico e ágil conforme as necessidades do capital para o atendimento de suas demandas.

Dessa forma, as exigências do mundo do trabalho vão colocar tanto a população jovem como o segmento idoso em uma condição de precariado. O jovem, por não possuir qualificação suficiente para atender as demandas do mercado e na maioria das vezes não encontra um lugar no processo produtivo, enquanto a força de trabalho do segmento que está envelhecendo torna-se descartável pelo capital na geração de riqueza.

Essa situação vai incidir sobre na vida desses segmentos no sentido de que, ao não encontrar espaço no processo produtivo passam a viver em condições de constante instabilidade e com pouca ou sem nenhuma garantia de emprego e de benefícios. Tais nuances vão ocasionar para esses indivíduos uma perda de identidade tendo em vista que para muitos essa identidade se fundamenta na questão do trabalho.

Por conta disso e para suprir suas necessidades, muitos trabalhadores, (homens, mulheres, jovens, idoso etc.) vão se submeter a condições de trabalho precário sem garantias de direitos, de forma que, o próprio sistema capitalista implanta estratégias para

¹ mila.social@hotmail.com – Bolsista.

² leili_krd@hotmail.com – Bolsista.

³ amaciel_b@hotmail.com - Estudante de Pós-Graduação.



que os indivíduos sejam submetidos à situações de subordinação, onde a precariedade passa a ser parte da realidade da classe que vive do trabalho.

Este artigo, portanto, não tem a pretensão de esgotar a discussão em torno dessa temática, pois no contexto do capitalismo onde emana a precariedade nas condições de vida e de trabalho, é um tema que merece constantemente entrar na pauta das discussões, no sentido de contribuir para compreensão e enfrentamento dessa questão.

2 O MUNDO DO TRABALHO NO CENÁRIO DA SOCIEDADE PÓS-CAPITALISTA

No contexto do capitalismo contemporâneo com as mudanças no mundo do trabalho, a inserção do indivíduo no mercado formal de trabalho está cada vez mais difícil e restrita, o que sobremaneira vai acarretar sérias perdas para a classe que vive do trabalho.

Bell (1977) destaca que, com o advento da sociedade pós-industrial ocorre uma série de mudanças na estrutura social as quais independem da vontade humana. Para o autor, há uma espécie de remanejamento no sistema ocupacional principalmente no âmbito das relações entre a ciência e a tecnologia.

Para Bell (1977), na sociedade pós-industrial a maior parte da força de trabalho está aplicada ao setor de serviços, onde também há certa alteração no local e no tipo de trabalho que as pessoas executam bem como se tem a primazia em torno do conhecimento teórico. Desta forma o autor destaca que:

[...] a sociedade pós-industrial organiza-se em torno do conhecimento, a fim de exercer o controle social e a direção das inovações e mudanças; e isto tudo dá origem, por sua vez, a novos relacionamentos sociais e a novas estruturas, as quais têm de ser politicamente dirigidas. (BELL, 1977, p 32)

É importante destacar que quando o autor se reporta ao conhecimento, ele se refere ao conhecimento do ponto de vista teórico, uma vez que segundo o próprio autor, o conhecimento sempre foi necessário ao funcionamento de qualquer sociedade, e aponta que “a percepção alterada da natureza da inovação é que torna tão fundamental o conhecimento teórico” (p.34)

Nessa mesma perspectiva, de cunho extremamente liberal, Drucker (1995) revela que estamos vivenciando a sociedade do conhecimento, em que apesar dos grandes avanços tecnológicos e a sofisticação das máquinas o conhecimento do trabalhador tem sido mais valorizado.

Vale destacar que o termo “pós-capitalista” é utilizado por Drucker a partir dos anos 90, pois para o autor, nesse contexto o capitalismo já se encontra em outro estágio, por isso define a sociedade pós-capitalista como uma sociedade das empresas privadas, onde administrar é parar de pensar a empresa como uma família, pois segundo o autor, os relacionamentos humanos só são importantes à medida que a organização necessite.

Desta forma podemos salientar que, Drucker faz sua ressalva a partir do ponto de vista das organizações, e aponta para uma nova significação do conceito de trabalho, o qual diferentemente de Offe (1989) cujo entendimento do trabalho se dá do ponto de vista do trabalho físico, direciona a significação do trabalho para a questão do conhecimento e da informação.

Nesse sentido destaca-se a questão da empregabilidade onde a qualificação profissional e a eficiência são requisitos essenciais para a inserção no mercado de trabalho, tendo em vista que este requer trabalhadores cada vez mais eficientes em termos de conhecimento, de modo que para Drucker (1995, p.158.) “a força de trabalho central na sociedade do conhecimento consistirá de pessoas altamente especializadas”.

De certa forma, a sociedade do conhecimento induz o trabalhador à responsabilidade no gerenciamento de sua própria carreira, de maneira que o trabalhador



possa tornar seu conhecimento mais especializado para pôr em destaque a sua eficácia. Drucker (1995, p.158) enfatiza que:

[...] a passagem de um conhecimento para outro oferece grandes oportunidades para o indivíduo. Ela torna possível uma carreira como trabalhador do conhecimento, mas também representa muitos novos problemas e desafios. Ela exige [...] que pessoas com conhecimento assumam responsabilidade por se fazerem compreendidas por pessoas que não contam com a mesma base de conhecimento.

Esse processo se dá segundo o autor, por que na sociedade do conhecimento os trabalhadores devem atuar em equipe e como membros de uma organização, e nessa sociedade, mesmo que o aspecto produtivo do funcionário seja mensurado pelo conhecimento, este, ainda que especializado, por si só não produz desempenho.

Pode-se perceber que mesmo o capitalismo estando em outro estágio, ainda continua sendo tendencioso no alcance de seus interesses, pois assim como se dá com processo de reestruturação produtiva, a sociedade do conhecimento apontada pelos autores acima, conduz muitos indivíduos a uma condição de precariado, seja no setor público ou no privado.

Essa conotação nos permite dizer que na sociedade do conhecimento e da informação também não há lugar para todos no mercado de trabalho, enquanto alguns ainda que de maneira precária possuam a oportunidade de adentrar ao mercado de trabalho, outros nem se quer têm a oportunidade de vivenciar uma experiência profissional.

Para muitos no âmbito das relações que se instalam com um padrão de um desenvolvimento extremamente desigual, não restam outras opções a não ser o desemprego e o subemprego, o que de fato constitui-se como uma condição imposta pelo sistema para manter sua capacidade de expansão.

Tal premissa nos leva a concordar com a assertiva de Castel (1998) onde a nova questão social parece ser o questionamento da função integradora no mercado de trabalho, onde a precarização do trabalho se instala na sociedade e afeta principalmente as pessoas mais pobres e sem qualificação.

De fato, a ordem do capital aliada à questão do desemprego estrutural compromete inclusive quem se encontra em condições “estáveis” no mercado de trabalho, pois na sociedade contemporânea nenhum indivíduo possui garantia plena de cidadania, e a inserção das inovações tecnológicas no processo produtivo para (BARBOSA & SÁ, 2009), fomenta ainda mais o aparecimento de novas expressões da questão social.

Pode-se dizer que, independente do estágio em que se encontra o capitalismo, a contradição capital e trabalho sempre irá existir, pois de acordo com Antunes (2011) o trabalho não vai desaparecer, por que o que está em voga é a crise da sociedade do trabalho onde a maioria encontra-se na forma de trabalho feiticizado o qual se perde no consumo e na alienação, o que deve ser questionado.

3 O INDIVÍDUO IDOSO FRENTE AO MERCADO DE TRABALHO

Mesmo que o capitalismo esteja em outro estágio como aponta alguns intelectuais (BELL, 1977; DRUCKER, 1995), o que se verifica é a existência de um panorama de desemprego e verdadeira instabilidade no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho por conta do grau de competitividade existente está exigindo força de trabalho com um nível de qualificação maior, o que sobremaneira ocasiona um intenso processo de exclusão que afeta principalmente quem ainda está em busca de sua inserção no mercado de trabalho.

Para Castel (1998, p.519), “no seio da própria empresa, a corrida à eficácia e à competitividade acarreta a desqualificação dos menos aptos”. A população jovem, por



exemplo, é quem mais sofre com os reflexos negativos que se espalham no âmbito das relações de trabalho.

Ao elevar o nível das qualificações exigidas para a admissão, a empresa desmonetiza uma força de trabalho antes mesmo que tenha começado a servir. Diante disso, “os jovens realmente não qualificados correm o risco de não ter nenhuma alternativa para o desemprego, visto que os postos que poderiam ocupar estão tomados por outros mais qualificados”. (CASTEL, 1995, p.520)

O autor salienta ainda, a existência de certa dualidade no mercado de trabalho onde realmente há dois “segmentos” de emprego. De um lado está o mercado “primário” constituído por elementos qualificados melhores pagos e mais protegidos e estáveis. Do outro, o mercado “secundário” formado por pessoal precário, com menor nível de qualificação, diretamente submetido à flutuações da demanda.

Assim destaca que:

[...] o problema atual não é apenas a constituição de uma “periferia precária”, mas o da desestabilização dos “estáveis”. O processo de precarização percorre algumas das áreas de emprego estabilizadas há muito tempo. (CASTEL, 1995,p.526)

Destarte, um dos pontos mais inquietantes que emerge na conjuntura atual para Castel, é a precarização do emprego e o aumento do desemprego o que gera um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social. Esse é um retrato emblemático na vida de muitas pessoas, inclusive de trabalhadores que estão envelhecendo.

Tomando as palavras de Simone de Beauvoir, Camarano (2006) sublinha que os jovens e os idosos estão separados pelo mercado de trabalho, onde o jovem vive a busca angustiante de sua inserção, e os idosos a angústia de sair desse mercado, não conseguindo, portanto, ocupar se quer outro lugar no processo produtivo.

Camarano destaca que para o idoso a saída do mercado de trabalho pode representar a perda de um papel social que ao lado da aposentadoria pode gerar uma relação de dependência. Desse modo, (Beauvoir apud Teixeira, 2008, p.78) salienta que:

[...] Não tendo mais valor de uso, na redefinição de uso e utilidade para o capital, o trabalhador idoso é condenado à miséria, à solidão, às deficiências, às doenças, ao desespero, à condição de não humanos, de um “ser isento de necessidades” ou com necessidades abaixo dos seres humanos adultos empregados.

Para Teixeira (2008), é próprio da lógica da acumulação o crescimento absoluto da classe trabalhadora, sempre mais rápida do que seus meios de ocupação, de forma que se tem grande investimento em meios de produção e diminuição de trabalho vivo, algo extremamente ruim que recai de forma impresumível sobre população de mais idade.

O fato é que com a inserção de novas tecnologias no mundo do trabalho o desemprego está aumentando de forma acelerada, pois de acordo com Bulla e Kaefer (2003, p.4), “na globalização da economia não existem chances iguais para todos, vencendo os que tiverem melhores condições de competitividade”. Conforme os autores:

[...] convive-se com um mundo cada vez mais digitalizado e contraditório, em que as pessoas sentem-se perdidas com a velocidade dos avanços tecnológicos, sendo obrigadas a evoluir rapidamente, em conhecimentos e habilidades, para serem incluídas no mercado de trabalho. As pessoas devem preparar-se, atualizar-se continuamente, para disputar a inserção no mundo do trabalho, para não sofrer com a exclusão, a pobreza e o desprezo. (BULLA E KAEFER, 2003, p.4-5)



Indubitavelmente, esse meandro de acontecimentos no processo produtivo acarreta para o idoso a desvalorização de sua mão obra, o qual muitas vezes é rejeitada até mesmo para fins de exploração no mercado de trabalho por não estar preparado suficientemente para lidar com as novas demandas do capital que acima de tudo almeja se expandir e garantir sua lucratividade.

Ao reiterar essa assertiva, Teixeira (2008, p.64-65) enfatiza que: “na sociedade da prevalência do trabalho assalariado, alienado, fetichizado e aviltado, o ser humano só interessa como força de trabalho (no vigor de sua capacidade física e intelectual) e como consumidor manipulado de mercadorias, posto que prevalece a lógica do capital”.

Essa lógica vai ocasionar sérios prejuízos para o trabalhador que envelhece, pois de acordo com Goldman (2009, p.163):

[...] a população que chega a alcançar idade mais elevada encontra dificuldades de se adaptar às condições de vida atuais, pois além das dificuldades físicas, psíquicas, sociais e culturais decorrentes do envelhecimento, sente-se relegada ao plano secundário no mercado trabalho, no seio da família e na sociedade em geral.

Para o capital, o idoso já está de certa maneira eximido de capacidade suficiente para produzir e gerar lucro, o que tende a excluí-lo do mercado de trabalho e coloca-lo em uma condição de precariado, uma vez que para o idoso essa situação de exclusão vai representar a perda um papel social, sentindo-se desvalorizado e inútil perante a sociedade, e isso vai intervir no seu modo e na sua condição de vida.

Ao passar para uma condição de precariado, o idoso sente-se relegado a perda de sua própria identidade, pois essa identidade para Standing (2013) é baseada na forma segura de trabalho, desenvolvida através de sua inserção no mercado. E como a lógica do capital já não permite estabilidade e segurança no mercado de trabalho ao idoso resta a submissão desta condição.

Muitos sujeitos para além do idoso, a segurança e estabilidade no mercado de trabalho já é menos possível no estágio em que o capitalismo se encontra, inclusive por que já não há espaço para a inserção de elementos no mercado de trabalho. Standing (2013), inclusive, é contundente ao apontar que de alguma forma o capitalismo tenha sofrido um processo de regressão, por criar uma massa de grupos sem trabalho formal.

Mas essa é uma concepção relativa, haja vista que à medida que o capitalismo vai se expandindo ele também cria estratégia para a manutenção de sua ideologia, a exclusão e a precarização do trabalho são reflexos dessa expansão e desenvolvimento desigual nessa sociedade, o que tende a provocar o afloramento das expressões da questão social.

Nesse sentido, Cattani (2005, p.59) itera que: “a correlação de forças favoráveis ao capitalismo, está provocando a degradação social e a seletividade crescente no uso da força de trabalho sem que isso provoque rupturas que ameacem a dominação das elites econômicas”.

Para muitos jovens essa seletividade pode representar por um lado, a entrada no mercado informal de trabalho precário, por outro, a entrada no mundo da criminalidade, pois pela falta de oportunidade de inserção não lhe resta outra “opção” se não o desemprego, o qual vai revelar outra face da questão social, o mundo da criminalidade e da violência.

Quanto ao idoso, sendo considerado improdutivo e descartado como força de trabalho, muitas vezes necessita buscar meios para sobreviver e manter sua família, pois segundo Lopes (2003, p.132) “diante do grau de miséria e da instabilidade de famílias brasileiras, muitas vezes é a regularidade da aposentadoria de um ou dois idosos que alimenta três gerações de uma mesma família”.

A aposentadoria ainda que seja uma forma de proteção social constituída como um direito inserido em marcos regulatório é algo que também causa dificuldades para o idoso



no âmbito da sua vida cotidiana, pois conforme Bulla e Kaefer (2003) a aposentadoria alimenta a ideia de que o idoso aposentado não necessita continuar no mercado de trabalho.

Esse aspecto leva Bulla e Kaefer (2003, p.5) a ponderar que a sociedade é muito contraditória. “Por um lado considera a aposentadoria como um direito e uma conquista do trabalhador, depois de muitos esforços e anos de trabalho. Por outro, desvaloriza o sujeito depois de aposentado, que passa a ser visto como improdutivo e, portanto, inútil”.

Os autores acima apontam que antes de tudo e diante desse aspecto contraditório devemos considerar os motivos que levam os idosos aposentados a continuar trabalhando. Um deles é que o valor da aposentadoria não é suficiente para cobrir suas necessidades de manutenção, tampouco de seu grupo familiar.

Sabemos que estamos inseridos numa sociedade eminentemente consumista em que viver bem custa caro, onde a velhice com qualidade requer um investimento a longo prazo. Para tanto, o trabalho do ponto de vista formal é que vai viabilizar esse investimento, o qual na maioria das vezes não vai proporcionar ao trabalhador condições de viver com qualidade na velhice, tendo em vista o valor irrisório das aposentadorias.

Outro ponto a considerar é a questão subjetiva do idoso em relação ao trabalho, tendo em vista que é no trabalho que a identidade do ser humano encontra-se fundamentada e para manter sua identidade o idoso necessita estar inserido no processo produtivo, pois estando à margem desse processo o idoso tende a naturalizar sua “inutilidade” no mercado de trabalho e os estigmas que se fazem presentes na sociedade, os quais podem se transformar numa questão de saúde.

Dessa forma, Teixeira (2008) destaca que as circunstâncias sócioeconômicas, a posição de classe, os fatores psicológicos, culturais, genético-biológicos, são fatores que influenciam diretamente no modo como se envelhece, tornando a velhice um fenômeno biopsicossocial, o que está estritamente ligada à saúde do indivíduo.

Como podemos perceber as transformações na estrutura social que reflete explicitamente nas relações de trabalho, vão ocasionar muitas implicações nas condições de vida da população seja ela idosa ou jovem. E é esse lado negativo, em nível de Brasil, que para Camarano (2006) vai representar a entrada de ambos na agenda das políticas públicas.

No entanto, nem mesmo as políticas públicas conseguem dar conta dessas expressões da questão social que emergem das relações vigentes na sociedade capitalista independente do estágio em que este se encontra, por que de qualquer forma o capitalismo sempre vai criar estratégias que possam lhe favorecer enquanto acumulador de riqueza, colocando diversos segmentos sociais numa condição de precariado, dentre os quais a população idosa.

Portanto, o que se verifica na sociedade atual, é um constante atentado à cidadania da população idosa e dos demais segmentos sociais que buscam no trabalho o seu reconhecimento pessoal e profissional e que na maioria das vezes são relegados à margem do mercado de trabalho, o que representa uma expressão concreta da questão social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar do idoso no mercado de trabalho no contexto do capitalismo contemporâneo ou mesmo pós-capitalista é trazer para o debate as implicações das relações de trabalho na vida desse segmento, pois sabemos que no decorrer do processo histórico houve muitas mudanças no que se refere ao processo produtivo.

Com o processo de reestruturação produtiva, por exemplo, muitos trabalhadores passaram a constituir um aglomerado de mão de obra que ainda hoje vivenciam um



processo constante de precarização do trabalho, pois no contexto atual o mercado de trabalho exige muito mais da capacidade do trabalhador.

Alguns intelectuais apontam que estamos vivenciando a sociedade do conhecimento e da informação, e isso é suficiente para destacarmos que existe nessa sociedade um nível de exigência muito maior do indivíduo que procura se inserir no mercado de trabalho, e isso é prejudicial para quem é isento de qualificação adequada a esse nível de exigência que o mercado requer.

Mas é importante lembrar que, não é somente com a sociedade do conhecimento que a desvalorização de mão de obra veio se firmar, pois é algo intrínseco no mundo do trabalho, na sociedade do conhecimento há apenas um grau de exigência maior da capacidade do trabalhador, até mesmo por que agora é o conhecimento do trabalhador que vai determinar sua capacidade de produção.

O resultado disso é a desvalorização de mão de obra que atinge principalmente os segmentos mais pobres da sociedade, o jovem isento de qualificação tende a perder lugar para aqueles que se encontram mais aptos a entrar no mercado, o idoso por sua vez, que na maioria das vezes por não atender ao ritmo das demandas do mercado é retirado do processo produtivo.

Inserir o idoso no processo de produção, muito mais que uma ocupação e ajuda financeira, visto as dificuldades enfrentadas no mundo contemporâneo, é uma forma de validar sua identidade, que advém de sua inserção no mercado de trabalho, e, além do reconhecimento e sua cidadania, fatores que são de suma importância para o desenvolvimento de um envelhecimento com qualidade de vida.

Porem, o que nota-se é que no decorrer do tempo com as mudanças no mundo do trabalho a tendência é que não haja lugar para todos, onde os pobres serão os mais concernidos devido a ausência de possibilidade de qualificação para que sejam integrados, o que de fato vai os colocar em uma condição de precariado nessa sociedade que exclui e impede a integração de diversos segmentos no mercado de trabalho, dentre os quais, a população idosa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** SP: Cortez, 2011.

BARBOSA, M.J. S; SÁ, M.E. R de. A questão Social na Amazônia no contemporâneo: o estado do Pará em foco. In: SCHERER, E. (org) **Questão Social na Amazônia**. Manaus: Edua, 2009, p. 65-94.

BELL, Daniel. **O advento da sociedade pós-industrial**. SP: Cultrix, 1977.

BULLA, L. C. & KAEFER, C.O. **Trabalho e aposentadoria: as repercussões sociais na vida do idoso aposentado**. Revista Virtual Textos e Contextos, nº2, dez. 2003.

CAMARANO, Ana Amélia. Mecanismo de Proteção Social para população idosa. In: **Políticas Públicas: gênero, geração e raça**. Brasília: CNPQ: UNFPA, 2006

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica de salário**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CATTANI, Antonio David. A vida precária: bases para a nova submissão. In: DIÁZ, Laura Mota (Orgs.). **Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas**. UFRGS, 2005, P. 51-71.

DRUCKER, Peter. **Administrando em tempos de grandes mudanças**. SP: Pioneira, 1995.



**SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL,
TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL**
Universidade Federal de Santa Catarina
Florianópolis SC - 27 a 29 de Outubro de 2015

GOLDMAN, Sara Nigri. Terceira idade e serviço. In: **Serviço social e políticas sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

LOPES, Andrea. Dependência, contratos sociais e Qualidade de Vida na Velhice. In: **as múltiplas faces da velhice no Brasil**. Campinas, SP: editora Alínea, 2003.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado**. SP: Brasiliense, 1989.

STANDING, Guy. **O precariado**. BH: Autêntica, 2013.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital**: implicações para a proteção social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2008.